



ESTADO DO PIAUÍ PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS

4.9.1 Caso não se verifique fundamentação em sua solicitação a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis n.º 8.666/1993 e 10.520/2002, conforme o caso, bem como aquelas dispostas no respectivo instrumento convocatório.
4.10 Cancelada a ata em relação à detentora, poderá ser convocada aquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para efetuar o forsecimento, nos termos de sua proposta.
4.11 Ocorrendo cancelamento do registro de preços pelo Município, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.
4.12 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES 5.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência e no Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS
7.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.666/1993, na Lei n.º 10.520/2002 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidats na Lei n.º 8.078/1990 — Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos,

CLÁUSULA OITAVA - ANTICORRUPÇÃO - LEI 12.846/2013

CLÁUSUILA OITAVA - ANTICORRUPÇÃO - LEI 12.846/2013
8.1. Para a execução deste contrato, nenhama das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doução, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.
8.2. O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratal. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
8.2.1. "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou sobietar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público na execução do contrato;
8.2.2. "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do óegão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
8.2.4. "Prática obstrutiva": casar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando afetar a execução do contrato;
8.2.5. "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fuzer declarações falsas, com o objetivo de impedir materialmente a aparação de alegações de influer declarações falsas, com o objetivo de impedir materialmente a aparação de alegações de influer declarações falsas, com o objetivo de impedir materialmente a aparação de alegações de

Praça Côrego Hundris, Nº 30, Centro



ESTADO DO PIAUÍ PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS CNPJ: 06.554.794/0001-11

prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja împedir materialmente o exercício do direito do CONTRATANTE promover inspeção.

8.3. Caso a autoridade competente para a aplicação das sanções estabelecidas no Termo de Referência, constatar a existência de indicios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, oópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas a quem for de competência, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.4. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente

CLÁUSULA NONA - FORO

9.1 E eleito o Foro da Comarca de ALTOS para dirimir os litígios que decorrerem da presente ata, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata de Registro de Preços foi lavrada em duas (daus) vias de igual teor, que, depois de lida e achado em ordem, vai assinada pelas partes e por

Altos - PI, 28 de março de 2023.

MAXWELL PIRES FERREIRA PREFEITA MUNICIPAL

GERENCIADOR DO SRP

Praça Cónego Honório, nº 30. Cantro.



ESTADO DO PIAUÍ PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS

D & F MOREIRA LTDA CNPJ N° 03.651.374/0001-0

D S DE CARVALHO SAIGA COMERCIO

ROMULO F DO REGO LIMA CNPJ N° 23.714.767/0001-88

Praga Côrego Honório, nº 30. Centro

ID: 45E61FF87A904

ESTADO DO PIAUÍ PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS CNPJ: 06.554.794/0001-11

AVISO DE REABERTURA DE SESSÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPL) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS-PI, CONVOCA, todas as empresas credenciadas e habilitadas (sessão nº 001), para dar continuidade à empresas credenciadas e habilitadas (sessão nº 001), para dar continuidade à sessão da TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023, a ser realizada no dia 29 de junho de 2023, quinta-feira, às 09h30min, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE REDE EM 13,8KV E INSTALAÇÃO DE 6 (SEIS) UNIDADES TRANSFORMADORES TRIFÁSICOS DE 75 KVA EM 6 (SEIS) UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE ALTOS -PI. Ressaltamos que todas as empresas participantes restaram habilitadas para sessão de continuação. LOCAL DE DEALTAÇÃO CONTRADA desiriatativos desalvadas de SEIS SEIS DE SE REALIZAÇÃO: Centro Administrativo, localizado no Bairro São Sebastião, Av. Nossa Senhora de Fátima, CEP nº 64.290-000, Município de Altos/PI. Informações: cplaltospi2021@gmail.com.

Altos (PI), 27 de junho de 2023.

ANDRÉ GOMES SOARES Presidente CPL

Praca Cônego Honório, nº 30. Centro.